



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Folha	13
Proc.	373/19
Resp.	GD

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação, de conformidade com o que deliberou o plenário em sessão ordinária de 10 de setembro de 2019, aprovando o Projeto de Lei nº 293/2019, apresenta a inclusa

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 293/2019

Regulamenta o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos e Diretrizes Urbanísticas de Araraquara (Grapoara), doravante denominado Grupo de Análise e Aprovação de Projetos e Diretrizes Urbanísticas de Araraquara (Graproara), e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DO GRUPO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS E DIRETRIZES
URBANÍSTICAS DE ARARAQUARA – GRAPROARA

Art. 1º Fica regulamentado o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos e Diretrizes Urbanísticas de Araraquara (Grapoara), doravante denominado Grupo de Análise e Aprovação de Projetos e Diretrizes Urbanísticas de Araraquara (Graproara), nos termos do art. 188 da Lei Complementar nº 850, de 11 de fevereiro de 2014.

Parágrafo único. O Graproara subordina-se à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º O Graproara tem por objetivo centralizar, coordenar, integrar e agilizar o ciclo de produção e o trâmite de análise dos projetos, dos empreendimentos, dos estudos e dos relatórios de impacto e viabilidade urbanística apresentados para apreciação da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º O Graproara tem por atribuições:

I – zelar pela aplicação, execução, fiscalização e gestão da legislação urbana e ambiental e dos demais instrumentos de controle urbanístico e de ação compartilhada, bem como instrumentos do sistema de planejamento, de acordo com a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

II – apreciar, debater, avaliar e deliberar sobre matérias e instrumentos relacionados a estudos, análise e avaliação de projetos especiais de transformação urbana, diretrizes para revisão de regimes urbanísticos de uso do solo, operações urbanas público-privadas, avaliação de empreendimentos de impacto urbano-ambiental,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Folha	14
Proc.	371/19
Resp.	050

de estudos de impacto de vizinhança, áreas especiais de interesse social, cultural e ambiental;

III – deliberar sobre a solicitação de outorga onerosa do direito de construir no município de Araraquara, nos termos da Lei Complementar nº 852, de 11 de fevereiro de 2014;

IV – deliberar sobre assuntos de grande impacto como Relatórios de Impacto de Vizinhança (RIV), loteamentos, projetos públicos e/ou privados, definindo sobre a necessidade de encaminhamento ao Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental de Araraquara (Compua); e

V – deliberar acerca de projetos de parcelamento do solo no que tange aos impactos de vizinhança, de trânsito e social do parcelamento.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Graproara é composto por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, todos servidores municipais em efetivo exercício, na seguinte proporção:

I – titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

II – 2 (dois) membros pertencentes à Coordenadoria Executiva de Planejamento Urbano, indicados pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

III – 2 (dois) membros pertencentes à Coordenadoria Executiva de Edificações, indicados pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

IV – 1 (um) membro pertencente à Coordenadoria Executiva de Habitação, indicado pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

V – 1 (um) membro pertencente à Coordenadoria Executiva de Mobilidade Urbana, indicado pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

VI – 1 (um) membro pertencente à Coordenadoria Executiva de Obras Públicas, indicado pelo titular da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

VII – 1 (um) membro pertencente à Gerência de Obras Viárias e Drenagem, indicado pelo titular da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

VIII – 1 (um) membro da Diretoria de Gestão Ambiental do Departamento Autônomo de Água e Esgotos (Daae), indicado pelo titular da Superintendência da autarquia; e

IX – 1 (um) membro da Diretoria Técnica de Planejamento Estratégico do Daae, indicado pelo titular da Superintendência da autarquia.

§ 1º A cada membro titular corresponderá um membro suplente, que o substituirá em seus impedimentos e ausências, indicado nas mesmas condições dos membros titulares.

§ 2º O prazo de mandato dos membros do Graproara será de 3 (três) anos, permitida a recondução.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Folha	15
Proc.	373/19
Resp.	02

§ 3º Os membros titulares e suplentes não receberão remuneração pelo exercício da função, que será considerada como de relevante interesse público.

Art. 5º Os membros do Graproara atuarão dentro dos limites de atribuição pertinentes aos órgãos e setores que representam, podendo analisar, deliberar ou fundamentar parecer técnico sobre os projetos submetidos à apreciação do grupo, quanto à:

- I – expedição de relatório de exigências;
- II – formulação de exigências;
- III – proposição de medidas de adequação às normas vigentes;
- IV – proposição e aprovação da expedição de instrumentos e resoluções normativas; e
- VI – aprovação de indicações.

Art. 6º O Graproara contará com uma diretoria composta por:

- I – 1 (um) presidente;
- II – 1 (um) vice-presidente; e
- III – 1 (um) secretário.

§ 1º A presidência será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

§ 2º A vice-presidência e a secretaria serão eleitas, por meio de votação, por maioria simples, entre membros presentes à primeira reunião após a efetiva instalação do Graproara, devendo cumprir mandato de 3 (três) anos, permitida uma única reeleição.

§ 3º Os membros eleitos para a diretoria serão empossados no primeiro dia útil após a proclamação do resultado da eleição.

CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES

Art. 7º O Graproara se reunirá, em caráter ordinário, uma vez por semana para deliberação.

§ 1º As reuniões do Graproara serão fechadas, sendo assegurado, a todos os membros, o direito a voz e a voto.

§ 2º Por convocação ou a convite de um dos membros do Graproara, qualquer pessoa poderá participar das reuniões, agente público ou privado, técnico ou intermediário, que represente os interesses do requerente ou interessado na tramitação de processos protocolados junto ao município.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

§ 3º O convite e a convocação dispostos no § 2º deste artigo serão decididos pela maioria dos membros do Graproara e o agente autorizado atuará especificamente no assunto para o qual foi convocado ou convidado.

§ 4º Nas reuniões, os membros se responsabilizarão pela obtenção dos pareceres técnicos, circunstanciados e conclusivos, bem como pelas manifestações a respeito dos projetos apresentados e protocolados pelos órgãos e entidades que representam, nos prazos determinados.

Seção Única
Das deliberações

Art. 8º As deliberações do Graproara dar-se-ão por maioria simples dos votos dos membros titulares, incluso o do Presidente, e dos suplentes quando em substituição.

Parágrafo único. Apenas os membros terão direito ao voto, não sendo permitido o acúmulo de voto.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Fica revogado o Decreto nº 8.152, de 19 de julho de 2004.

Art. 10. Esta lei em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões das comissões, 10 SET. 2019



Paulo Landim
Presidente da CJLR



José Carlos Porsani



Lucas Grecco

